

Superior

Técnico de Nível Superior (Bacharel em Direito)

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo sessenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
- uma folha destinada ao texto definitivo da questão discursiva.



TEMPO

- **Cinco horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo;
- **Doas horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas;
- **Sessenta minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de provas.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- A questão discursiva, bem como o espaço para rascunho, virão após as questões objetivas, no final deste caderno;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas e a folha de texto definitivo;
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados;
- Não será permitido qualquer tipo de identificação na folha de texto definitivo da questão discursiva;
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da questão discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de folha de respostas ou de texto definitivo em caso de erro;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Língua Portuguesa

Texto 1

A conquista do Brasil

Por gerações, o brasileiro se acostumou a ver o seu país, sua história e sua cultura como exemplos de paz e confraternização sem paralelo entre as nações. A imagem do brasileiro como um povo cordial que aceita melhor a miscigenação e é mais tolerante com as diferenças sociais e políticas, num país conciliador, que não se envolve em guerras e se mantém neutro diante de conflitos, se sobrepõe como traço cultural, sem grandes traumas nem contestações.

Os brasileiros se orgulham de pensar que o Brasil não precisou de uma guerra com a que separou os Estados Unidos da Inglaterra, nem passou por conflitos internos sangrentos como a Secessão. Manteve-se afastado das conflagrações, a começar pelas duas guerras mundiais que marcaram a primeira metade do século XX – na segunda delas, meio pró-forma, enviou expedicionários à Itália, numa fase em que o conflito já se encaminhava para o fim. O país manteve-se neutro na maioria dos grandes conflitos passados, recentes e contemporâneos. E saiu pacificamente de uma ditadura militar de 21 anos, em 1985, com o restabelecimento do governo civil e, depois, da democracia.

Ao construir um modelo de concórdia, que combina com a fachada do povo pobre, mas alegre, que se expressa pelo carnaval, o samba e o futebol, o Brasil esqueceu muita coisa. Foi o último país do mundo a abolir a escravidão, em 13 de maio de 1888. Um dos seus maiores heróis nacionais, Tiradentes, foi esquartejado. O Brasil dizimou a população masculina de um país vizinho na Guerra do Paraguai. Deixou uma esteira de mortos nos porões do regime militar, que pela via do golpe havia derrubado em 1964 o presidente João Goulart.

Aliviaram-se tensões sociais latentes e sepultou-se o passado beligerante sobre o qual foi construída uma nação homogênea, mesmo em meio a tanta diversidade. O Brasil acomodou-se à versão oficial de sua história, em que foram escondidas as rupturas, as questões sociais e os fatos que não interessam tanto a sua autoimagem dentro do mundo civilizado.

(Thales Guaracy)

1

O objetivo principal do texto é

- (A) mostrar um ponto de vista diferente sobre a história nacional.
- (B) informar aos leitores fatos desconhecidos pela maioria.
- (C) comparar fatos históricos para mostrar semelhanças e diferenças.
- (D) destacar a cordialidade como marca própria da nossa história.
- (E) selecionar fatos que possam mostrar a violência de nosso passado histórico.

2

O texto 1 pertence ao seguinte gênero textual:

- (A) descritivo, pois caracteriza pessoas e fatos.
- (B) narrativo didático, pois relata, como ensinamento, fatos em ordem cronológica.
- (C) narrativo informativo, pois revela fatos desconhecidos em sucessão cronológica.
- (D) argumentativo expositivo, pois defende uma ideia sem haver outra ideia oposta.
- (E) argumentativo polêmico, pois apresenta uma tese contrária a uma outra tese.

3

Assinale a opção que indica a forma *inadequada* de reescrever “O país manteve-se neutro na maioria dos grandes conflitos passados”.

- (A) Na maioria dos grandes conflitos passados, o país manteve-se neutro.
- (B) O país, na maioria dos grandes conflitos passados, manteve-se neutro.
- (C) Manteve-se neutro o país na maioria dos grandes conflitos passados.
- (D) O país manteve-se, na maioria dos grandes conflitos passados, neutro.
- (E) Na maioria dos grandes conflitos passados, o país se manteve neutro.

4

Em certa passagem do texto, o autor diz que “o Brasil esqueceu muita coisa”. Segundo o texto, essa “muita coisa” que nosso país esqueceu

- (A) demonstra a ignorância da população em relação ao seu passado histórico.
- (B) indica razões que se contrapõem à imagem de “país cordial”.
- (C) mostra a semelhança entre nossa história e a dos países vizinhos.
- (D) ironiza a atitude intelectual de nossos historiadores.
- (E) comprova uma diferença entre a visão oficial e a visão dos historiadores.

5

Segundo o texto, a cordialidade do brasileiro se manifesta em uma série de situações. Entre essas situações, aquela que é acompanhada de uma ressalva a fim de que se torne coerente é a de que o Brasil

- (A) manteve-se afastado das duas guerras mundiais.
- (B) aceita sem traumas a miscigenação.
- (C) tolera as diferenças sociais.
- (D) convive com as diferenças políticas.
- (E) ficou neutro na maioria dos grandes conflitos passados.

6

O segundo parágrafo do texto, em relação ao primeiro, desempenha a seguinte função:

- (A) tirar uma conclusão da argumentação apresentada.
- (B) exemplificar casos históricos de neutralidade.
- (C) opor fatos às ideias expostas anteriormente.
- (D) citar comprovações de nossa imagem cordial em nossa história.
- (E) explicitar historicamente a imagem de “país conciliador”.

7

“Por gerações, o brasileiro se acostumou a ver o seu país, sua história e sua cultura como exemplos de paz e confraternização sem paralelo entre as nações”.

Assinale a opção que indica o conector destacado que tem seu valor semântico corretamente indicado.

- (A) Por / *localização espacial*.
- (B) A / *direção*.
- (C) Como / *comparação*.
- (D) Sem / *modo*.
- (E) Entre / *posição intermediária*.

8

Segundo o texto, o carnaval, o samba e o futebol

- (A) mostram o caráter conciliador e alegre dos brasileiros.
- (B) compõem uma imagem festiva e aparente de concórdia.
- (C) demonstram a alienação do povo diante de sérios problemas.
- (D) comprovam o atraso cultural do país, apesar de sua aparência.
- (E) constroem uma verdadeira imagem de conciliação.

9

Assinale a opção que indica o segmento de texto que **difere** dos demais quanto à voz verbal.

- (A) “Aliviaram-se tensões sociais latentes.”
- (B) “...sepultou-se o passado beligerante.”
- (C) “O Brasil acomodou-se à versão oficial de sua história.”
- (D) “...em que foram escondidas as rupturas.”
- (E) “Um de seus maiores heróis nacionais, Tiradentes, foi esquartejado.”

10

Aponte a opção em que o significado do vocábulo destacado está corretamente indicado, em função do contexto.

- (A) “Aliviaram-se tensões sociais **latentes**” / que são claramente percebidas.
- (B) “sepultou-se o passado **beligerante**” / que desperta saudade.
- (C) “foi construída uma nação **homogênea**” / que mostra diferenças.
- (D) “se mantém **neutro** diante de conflitos” / que se mostra insensível.
- (E) “restabelecimento do governo **civil**” / que não tem caráter militar nem eclesiástico.

11

O autor do texto compõe muitas frases com termos compostos. Assinale a opção que indica o exemplo retirado do texto em que a duplicação é mais redundante.

- (A) “o brasileiro se acostumou a ver seu país, sua história e sua cultura como exemplos de paz”.
- (B) “como exemplos de paz e confraternização sem paralelo”.
- (C) “mais tolerante com as diferenças sociais e políticas”.
- (D) “que não se envolve em guerras e se mantém neutro diante de conflitos”.
- (E) “se sobrepôs como traço cultural, sem grandes traumas nem contestações”.

12

Há, em língua portuguesa, um grupo de adjetivos chamados “*adjetivos de relação*”, que possuem marcas diferentes dos outros adjetivos, como a de não poder ser empregado antes do substantivo a que se refere, nem receber grau superlativo.

Assinale a opção que indica o adjetivo do texto que **não** está incluído nessa categoria.

- (A) Herói nacional.
- (B) Guerra mundial.
- (C) Diferença social.
- (D) Povo cordial.
- (E) Traço cultural.

13

No segmento “Manteve-se afastado das conflagrações, a começar pelas duas guerras mundiais que marcaram a primeira metade do século XX – na segunda delas, meio pró-forma, enviou expedicionários à Itália, numa fase em que o conflito já se encaminhava para o fim”, a expressão “meio pró-forma” mostra o sentido de

- (A) cumprir uma exigência internacional.
- (B) demonstrar vontade de participar do conflito.
- (C) desvalorizar a guerra como meio de resolver problemas.
- (D) realizar um ato meramente formal.
- (E) marcar, mais uma vez, o espírito de conciliação brasileiro.

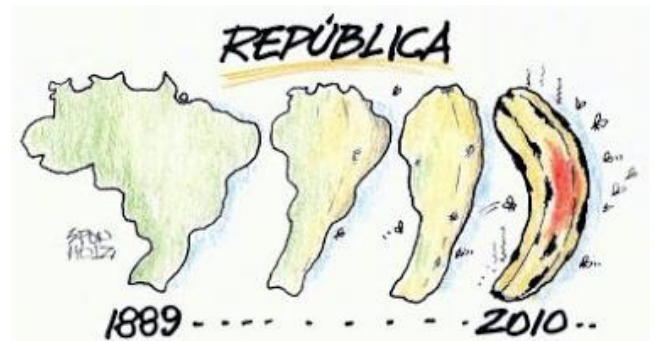
14

Assinale a opção que indica a forma de reescritura proposta para os segmentos abaixo que **modifica** o sentido original.

- (A) “Um de seus maiores heróis nacionais, Tiradentes, foi esquartejado” / Esquartejou-se Tiradentes, um de seus maiores heróis nacionais.
- (B) “O Brasil esqueceu muita coisa” / Muita coisa foi esquecida pelo Brasil.
- (C) “Por gerações, o brasileiro se acostumou a ver seu país” / O brasileiro, por gerações, acostumou-se a ver seu país.
- (D) “E saiu pacificamente de uma ditadura militar de 21 anos em 1985” / E saiu de uma ditadura militar de 21 anos em 1985, pacificamente.
- (E) “o restabelecimento do governo civil e, depois, da democracia” / o estabelecimento, de novo, da democracia e, depois, do governo civil.

15

Observe a charge a seguir.



Sobre a charge acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) De 1889 a 2010, o Brasil tornou-se um país agrícola.
- (B) O Brasil tem uma produção agrícola de má qualidade.
- (C) Nosso país sofre a cobiça de outros países.
- (D) O Brasil foi perdendo progressivamente importância política.
- (E) A economia brasileira fez do Brasil uma “fruta podre” no mercado internacional.

Raciocínio Lógico-Analítico

16

Em uma turma do Ensino Fundamental, seus 32 estudantes nasceram em datas diferentes, e José é um desses estudantes.

Quando colocados por idade em ordem crescente, Natália ocupa a 19ª posição.

Quando colocados por idade em ordem decrescente, a posição ocupada por José é a

- (A) 13ª.
- (B) 14ª.
- (C) 15ª.
- (D) 16ª.
- (E) 17ª.

17

Considere uma nova operação aritmética entre números inteiros x e y , representada por $\#$ e definida por $x\#y = x + y - x \cdot y$.

Por exemplo, $2\#3 = 2 + 3 - 2 \cdot 3 = -1$.

O valor de $2\#(4\#2)$ é

- (A) -4.
- (B) -2.
- (C) 0.
- (D) 2.
- (E) 4.

18

Dos 30 alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, 22 gostam de Português e 26 gostam de Matemática. Apenas dois alunos não gostam nem de Português, nem de Matemática.

O número de alunos que gostam tanto de Português como de Matemática é

- (A) 18.
- (B) 20.
- (C) 22.
- (D) 24.
- (E) 26.

19

Lucas e Tereza têm, respectivamente, R\$ 62,00 e R\$ 42,00.

Para que Lucas fique com o triplo da quantia de Tereza, é necessário e suficiente que Tereza dê para Lucas

- (A) R\$ 16,00.
- (B) R\$ 18,00.
- (C) R\$ 20,00.
- (D) R\$ 22,00.
- (E) R\$ 24,00.

20

Em um jogo de basquete entre Flamengo e Brasília, o Flamengo ganhou com uma diferença de 19 pontos.

Os dois times marcaram, ao todo, 67 pontos.

É correto afirmar que

- (A) o Flamengo fez 48 pontos.
- (B) o Flamengo fez 46 pontos.
- (C) o Flamengo fez 43 pontos.
- (D) o Brasília fez 23 pontos.
- (E) o Brasília fez 19 pontos.

21

Na conta de somar representada a seguir, cada letra representa um algarismo e letras diferentes representam algarismos diferentes.

$$\begin{array}{r} 3 A 6 \\ + A B B \\ \hline 1 1 A 5 \end{array}$$

O valor de $A + B$ é

- (A) 12.
- (B) 13.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 16.

22

Eduardo, Haroldo e Pablo trabalham na mesma empresa. Um deles é arquiteto, outro é engenheiro e o terceiro é advogado. Eles ganham salários diferentes. Sabe-se que:

1. Haroldo ganha mais do que o advogado;
2. o arquiteto não tem carro e é o que ganha o menor salário;
3. Haroldo vai de carona para o trabalho no carro de Pablo.

Assim, conclui-se que

- (A) Haroldo é o arquiteto.
- (B) Pablo é o engenheiro.
- (C) Eduardo é o arquiteto.
- (D) Pablo é o que tem maior salário.
- (E) Eduardo é o que tem maior salário.

23

Felipe sai de casa sempre na mesma hora para ir ao colégio. Às vezes, ele vai andando e, às vezes, vai de bicicleta. Quando ele vai andando, a sua velocidade média é de 4 km/h e ele chega 5 minutos adiantado. Quando ele vai de bicicleta, sua velocidade média é de 12 km/h e ele chega 20 minutos adiantado.

A distância da casa de Felipe até o colégio é de

- (A) 1,0 km.
- (B) 1,2 km.
- (C) 1,5 km.
- (D) 1,8 km.
- (E) 2,0 km.

24

Em 2014, do total de seus gastos com educação, Murilo gastou 30% em livros didáticos e 70% em mensalidades. Em 2015, comparado com 2014, Murilo gastou 20% a menos em livros didáticos e 10% a mais em mensalidades, não havendo outros gastos com educação.

Em 2015, o gasto total de Murilo em educação, comparado com o gasto total de 2014, foi

- (A) 10% menor.
- (B) 10% maior.
- (C) 1% menor.
- (D) 1% maior.
- (E) exatamente o mesmo.

25

A quadra de esportes de uma escola media 12 metros de largura por 15 metros de comprimento. Com a incorporação de um novo terreno e uma reforma geral nas instalações da escola, a nova quadra de esportes passou a medir 15 metros de largura por 20 metros de comprimento.

O aumento percentual na área da quadra de esportes dessa escola foi de, aproximadamente,

- (A) 15%.
- (B) 30%.
- (C) 48%.
- (D) 67%.
- (E) 72%.

Legislação Específica

26

João, servidor estatutário efetivo do Município de Cuiabá, com pena de seu colega de repartição que havia cometido erro grosseiro em um ato administrativo, a fim de evitar que ele sofresse sanções, não deu andamento ao procedimento interno de sua competência que informava o ocorrido a seus superiores. Por isso, foi processado criminalmente por ter cometido crime de prevaricação contra a administração pública (Código Penal, Art. 319 – *Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa*), tendo sido condenado em decisão transitada em julgado.

Com base no caso exposto, assinale a opção que indica a sanção administrativa cabível.

- (A) Advertência.
- (B) Suspensão.
- (C) Demissão.
- (D) Destituição.
- (E) Afastamento do cargo em comissão.

27

O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) compreende a fase cognitiva, a instrutória e a de julgamento. Ele obedece aos princípios do devido processo legal, dando ao acusado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Sobre o regramento do PAD na Lei Complementar nº 093/2003, assinale a afirmativa correta.

- (A) O processo administrativo disciplinar no Poder Executivo será conduzido por Comissão Disciplinar de 3 (três) membros, sendo presidido pelo Corregedor Geral e com 2 (dois) membros servidores, estáveis ou não.
- (B) O cônjuge, companheiro ou parente (consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau) do acusado não poderá participar de comissão de processo administrativo disciplinar.
- (C) As reuniões e as audiências da comissão terão caráter público e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.
- (D) A comissão terá como secretário servidor efetivo ou não, designado pelo seu presidente, não podendo a indicação recair em um de seus membros.
- (E) O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a Comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo.

28

É assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar ao Poder Público, em defesa de direito ou interesse legítimo.

A esse respeito, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cuiabá, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido de reconsideração, que poderá ser renovado, será submetido à autoridade que houver prolatado o despacho, proferido a decisão ou praticado o ato.
- (B) O pedido de reconsideração e o recurso não interrompem a prescrição administrativa.
- (C) Para o exercício do direito de petição, é assegurada exclusivamente ao servidor interessado a vista do processo ou documento, na repartição, ou cópia, às expensas do requerente.
- (D) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 15 (quinze) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- (E) O recurso ou pedido de reconsideração poderá ou não ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade superior competente, quando houver aparente direito e fundado receio de dano irreparável antes da decisão final.

29

O servidor estatutário efetivo do município de Cuiabá perderá o cargo em virtude de

- I. sentença judicial transitada em julgado;
- II. condenação em processo administrativo disciplinar;
- III. reprovação no processo de avaliação periódica de desempenho.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

30

Segundo a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, o processo legislativo municipal compreende a elaboração de

- I. leis complementares;
- II. medidas provisórias;
- III. decretos legislativos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

31

Determinada causa foi inicialmente ajuizada perante um juízo de primeira instância e, após regular tramitação, com a prolação de inúmeras decisões e a interposição de diversos recursos, foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal sob o argumento de que certa lei editada pela União era inconstitucional.

O Tribunal, pela unanimidade dos seus membros, reconheceu o vício de inconstitucionalidade da lei e deu provimento à pretensão formulada pelo autor da ação, decisão esta que transitou em julgado no início de 2006.

A respeito dessa espécie de controle de constitucionalidade realizado pelo Supremo Tribunal Federal, considerando o teor da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) não afeta a vigência da lei considerada inconstitucional, que somente deixará de ser aplicada no caso concreto apreciado pelo Tribunal.
- (B) deve necessariamente, por se tratar de decisão definitiva de mérito, produzir eficácia contra todos e efeito vinculante, excetuando-se o Poder Legislativo.
- (C) deve necessariamente, em razão da teoria da transcendência dos motivos determinantes, estender-se a todas as leis de conteúdo semelhante.
- (D) produz efeitos em relação às partes envolvidas e, por força do princípio da isonomia, sobre todos aqueles alcançados por leis de conteúdo semelhante.
- (E) produz eficácia contra todos e efeito vinculante, pelo fato de a decisão ter sido proferida por uma maioria qualificada, incluindo o Poder Legislativo.

32

Foi apresentada proposta de emenda constitucional com o objetivo de criar um novo imposto de competência da União. Ao posicionar-se contrariamente à proposta, um grupo de Deputados argumentou que ela violaria os limites de reforma constitucional.

É correto afirmar que proposta dessa natureza

- (A) somente poderia ser subscrita pelo Presidente da República, já que envolve matéria tributária.
- (B) não afronta os limites materiais de reforma constitucional.
- (C) ainda deveria ser sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, caso aprovada pelo Congresso Nacional.
- (D) afronta os direitos e as garantias individuais, isso por violar o direito de propriedade.
- (E) não poderia ser aprovada no último ano da legislatura, o que decorre dos limites circunstanciais de reforma.

33

Decorridos pouco mais de cem dias após o início da sessão legislativa, constatou-se que o Presidente da República não havia apresentado as contas de governo correspondentes ao exercício anterior.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que, em situações dessa natureza, compete

- (A) ao Congresso Nacional julgar as contas com base nos relatórios elaborados pela equipe técnica.
- (B) ao Congresso Nacional, por intermédio do Tribunal de Contas, proceder à tomada de contas do Presidente da República.
- (C) ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República.
- (D) ao Congresso Nacional dar início ao processo, por crime de responsabilidade, contra o Presidente da República.
- (E) à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República.

34

Adenílton e Ismênio, estudantes de Direito, travaram intenso debate a respeito das atribuições constitucionais do Ministério Público. Apesar de ambos defenderem a importância da Instituição e a amplitude de suas atribuições, não chegaram a um consenso a respeito das situações concretas em que a atuação seria possível.

Adenílton sustentava que o Ministério Público, como guardião da ordem jurídica, poderia defender os interesses dos necessitados, ajuizando ações judiciais em nome daqueles que não pudessem pagar advogado. Ismênio, por sua vez, entendia que o Ministério Público poderia defender interesses individuais, desde que fossem indisponíveis.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) ambos estão corretos, já que, no exercício da atribuição de “defesa da ordem jurídica”, está incluída a tutela dos interesses individuais, disponíveis ou indisponíveis.
- (B) somente Adenílton está correto, pois o Ministério Público pode defender interesses individuais dos necessitados, mas não interesses de pessoas não necessitadas.
- (C) ambos estão incorretos, já que o Ministério Público somente pode defender interesses difusos e coletivos, não interesses individuais, quaisquer que sejam eles.
- (D) somente Ismênio está correto, pois o Ministério Público apenas pode defender interesses individuais de natureza indisponível.
- (E) ambos estarão corretos caso seja demonstrada a relevância social dos interesses e os respectivos titulares tiverem outorgado procuração ao Ministério Público.

35

Determinado agente público, que possui a garantia constitucional do foro por prerrogativa de função, é suspeito da prática de um crime doloso contra a vida. Em razão do avanço das investigações, decidiu procurar um advogado para saber perante que órgão jurisdicional deve ser julgado.

À luz das informações fornecidas e do teor da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) esse agente sempre será julgado pelo Tribunal do Júri, garantia fundamental assegurada a brasileiros e estrangeiros e que configura cláusula pétrea.
- (B) sempre prevalecerá a garantia constitucional do foro por prerrogativa de função, quer esteja prevista na Constituição da República, quer na Constituição Estadual.
- (C) esse agente deve ser julgado pelo Tribunal do Júri caso a garantia do foro por prerrogativa de função esteja prevista exclusivamente na Constituição Estadual.
- (D) esse agente poderá ser julgado pelo Tribunal do Júri caso renuncie à garantia do foro por prerrogativa de função prevista na Constituição Estadual.
- (E) esse agente poderá ser julgado pelo tribunal em que tem prerrogativa de foro assegurada na Constituição da República, desde que renuncie ao julgamento perante o Tribunal do Júri.

36

A Constituição da República Federativa do Brasil dedicou uma seção específica à educação, tendo estabelecido, em seu Art. 205, que ela é “*direito de todos e dever do Estado e da família*”.

Considerando a funcionalidade da Constituição e a natureza das normas constitucionais afetas a essa temática, assinale a afirmativa correta.

- (A) O acesso à educação básica obrigatória caracteriza um direito público subjetivo.
- (B) O acesso aos distintos níveis de ensino sempre consubstanciará um direito social imediata e integralmente exigível.
- (C) A educação é um direito social que não sofre a influência da denominada “*reserva do possível*” para a sua efetividade.
- (D) As normas afetas ao direito à educação sempre terão eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- (E) Todas as normas afetas ao direito à educação possuem natureza programática.

Direito Administrativo**37**

A respeito dos serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização apenas de seus usuários.
- (B) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive arbitragem.
- (C) À concessionária incumbe prestar contas da gestão do serviço exclusivamente ao poder concedente.
- (D) O contrato de concessão não poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária.
- (E) A encampação se dá quando há inadimplência por parte do concessionário e não por interesse da Administração em retomar o serviço público.

38

A respeito das formas de provimento em cargos públicos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A nomeação é uma forma de provimento de cargo público.
- () A vacância do cargo público pode decorrer de demissão.
- () A remoção de servidor público somente ocorre de ofício, no interesse da Administração.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, F e V.
- (E) V, F e F.

39

Assinale a afirmativa correta.

- (A) A eficiência significa que a atuação da Administração será pautada por presteza, exigindo resultados positivos, ainda que não reduza os desperdícios de dinheiro público e não seja célere.
- (B) O princípio da proporcionalidade assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, com exceção das situações resguardadas por sigilo.
- (C) A Administração Pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- (D) O Poder de Polícia autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor da coletividade.
- (E) A atuação do agente fora dos limites da sua competência não configura excesso de poder.

40

Sobre responsabilidade Civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A característica fundamental da responsabilidade objetiva é a necessidade de restar comprovada, pelo lesado, a culpa do agente ou do serviço pelo fato administrativo.
- (B) O Estado somente causa danos aos particulares por atos comissivos.
- (C) O Estado é sempre o responsável por tudo o que acontece no meio social, segundo a teoria da responsabilidade objetiva.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (E) A culpa exclusiva da vítima não é causa excludente da responsabilidade estatal.

41

Sobre as disposições da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O agente público ou terceiro beneficiário perderá, no caso de enriquecimento ilícito, os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- (B) O agente público que se recusar a prestar declaração de bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa, será punido com a pena de advertência sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- (C) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (D) A concessão de benefício administrativo ou fiscal, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, constitui ato de improbidade que causa lesão ao erário.
- (E) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

42

No Município X, as atividades de turismo e lazer são exercidas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Procurando melhorar e intensificar essas atividades, observados todos os procedimentos e normas legais para tanto, o Prefeito e o Secretário decidiram desmembrar o órgão especializado para melhorar sua organização estrutural e desenvolver, prioritariamente, atividades esportivas nas comunidades locais.

A situação hipotética apresentada configura um caso de

- (A) descentralização administrativa.
- (B) avocação administrativa.
- (C) desconcentração administrativa.
- (D) centralização administrativa.
- (E) concentração administrativa.

Direito Civil e Direito Processual Civil**43**

José e Joaquim são devedores solidários de Rita do valor de R\$ 80.000,00. No termo avençado para o cumprimento da obrigação, Rita, de maneira injustificada, recusa-se a receber a prestação. José e Joaquim, diante de tal recusa, ajuízam ação de consignação em pagamento, julgada procedente.

Após a sentença, José procura Rita, solicitando-lhe permissão para levantamento do valor depositado em juízo. Rita permite tal levantamento, sem, contudo, dar conhecimento a Joaquim ou dele receber anuência.

Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Rita não pode autorizar o levantamento por José do valor consignado, já que a ação consignatória havia sido julgada procedente, extinguindo-se a obrigação.
- (B) Rita não pode autorizar o levantamento por José do valor consignado, já que não houve anuência de Joaquim, devedor solidário.
- (C) Rita pode autorizar o levantamento por José do valor consignado, renascendo para José a obrigação que havia sido extinta com a procedência da ação consignatória.
- (D) Ao levantar o valor consignado, José inaugura nova relação contratual com Rita, da qual Joaquim não é parte.
- (E) Ao levantar o valor consignado, José e Joaquim continuam solidariamente obrigados a satisfazer a obrigação.

44

Adriana, vendedora, e Renata, compradora, realizam contrato de compra e venda de um automóvel. No momento da formação do vínculo contratual, tendo sido efetivado o pagamento integral do valor contratado, estabeleceu-se que a vendedora entregaria o bem à compradora em uma semana, permanecendo Adriana na posse do bem, sendo permitido o seu uso. Três dias após o contratado, Adriana, na posse do automóvel, sofre acidente, por conta de sua imprudência ao dirigir, tendo sido totalmente destruído o veículo objeto do contrato.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Renata terá direito à reparação pela perda do bem, na medida em que já sua proprietária, sob condição suspensiva.
- (B) Renata terá direito à reparação pela perda do bem, na medida em que já era sua proprietária, sob termo inicial.
- (C) Renata terá direito à reparação pela perda do bem, pois houve uso abusivo da propriedade por parte de Adriana.
- (D) Renata não terá direito à reparação pela perda do bem, pois este ainda não era de sua propriedade, que só se perfaz com a tradição.
- (E) Renata não terá direito à reparação pela perda do bem, pois já era dele proprietária, perdendo-se a coisa para o seu dono.

45

Nos casos de responsabilidade civil baseada em atividades de risco, são considerados como causas adequadas para excluir o dever de indenizar, dentre outras,

- (A) o fortuito externo e o fato exclusivo de terceiro.
- (B) o fortuito interno e o exercício regular de um direito.
- (C) o estado de necessidade e a culpa concorrente da vítima.
- (D) a culpa concorrente da vítima e o fato exclusivo da vítima.
- (E) a inexistência de culpa e a culpa exclusiva da vítima.

46

A respeito da legitimidade extraordinária, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A legitimidade extraordinária pode ser atribuída por meio de um negócio jurídico.
- (B) A extinção do processo por falta de legitimado extraordinário implica uma decisão que não examina o mérito da causa.
- (C) O legitimado ordinário é aquele que defende interesse próprio em juízo.
- (D) O legitimado extraordinário é aquele que defende em nome próprio interesse alheio.
- (E) A legitimação extraordinária autônoma ocorre quando o legitimado extraordinário estiver autorizado a conduzir o processo independentemente da participação do titular do direito litigioso.

47

Considerando a teoria das nulidades processuais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- II. O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação, pois toda invalidade processual é decretada.
- III. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, não havendo exceções.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

48

Com relação aos impedimentos e à suspeição, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau.
- () Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando este for herdeiro presuntivo de alguma das partes.
- () Os motivos de impedimento e de suspeição não se aplicam aos serventuários da Justiça.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

Direito Penal e Direito Processual Penal

49

Paulo, adulto de 20 anos, voltou a estudar em uma turma especializada para alunos adultos no ano de 2014. Seu irmão Renato, sabendo que na turma de Paulo estudava José, filho do dono de um estabelecimento comercial, insistia para que Paulo subtraísse R\$ 1.500,00 da carteira de José, pois precisava dessa quantia para pagar suas dívidas.

Após numerosas negativas por parte de Paulo, Renato afirmou que mataria a namorada do irmão se ele não subtraísse os valores. Paulo, então, aproveita-se do fato de que a sala de aula estava vazia durante um intervalo, porque os alunos saíram para comprar lanches, e subtrai a quantia.

Descoberto os fatos e considerando a veracidade das informações narradas, é correto afirmar que

- (A) Paulo e Renato devem responder pelo crime de furto, mas Paulo fará jus à causa de redução da pena.
- (B) Renato responderá pelo crime de furto, enquanto Paulo por nada responderá, pois presente causa de exclusão da ilicitude.
- (C) Paulo e Renato responderão pelo crime de furto, não fazendo jus Paulo a qualquer redução da pena.
- (D) Renato responderá pelo crime de furto, enquanto Paulo por nada responderá, pois agiu em virtude de erro determinado por terceiro.
- (E) Renato responderá pelo crime de furto, enquanto Paulo por nada responderá, pois presente causa de exclusão da culpabilidade.

50

Glória, de 25 anos, foi contratada por determinada instituição privada de ensino para ser professora da turma do 2º ano do ensino fundamental.

O diretor da escola, superior de Glória, fica encantado pela beleza da nova contratada e, em determinada data, no interior da sala da direção, constringe-a a praticar ato sexual, sob o argumento de que todas as professoras devem o seu trabalho na escola a ele, que as contratou. Glória, não querendo perder seu emprego, cede ao constrangimento.

Considerando a situação narrada, é correto afirmar que a conduta do diretor da escola

- (A) é atípica.
- (B) configura crime de assédio sexual.
- (C) configura crime de atentado violento ao pudor.
- (D) configura crime de estupro.
- (E) configura crime de constrangimento ilegal.

51

Lucas, de 25 anos, professor de escola pública concursado, combina com seu aluno Marlon, de 18 anos, de subtraírem um *laptop* que fica no interior da sala dos professores da escola para uso exclusivo dos funcionários.

Para o sucesso da empreitada, Lucas entrega a chave da sala dos professores para Marlon e acorda que ele deve comparecer ao local e subtrair o bem, enquanto Lucas dá aula para sua turma, assegurando que ninguém o veria cometendo o crime, pois somente os professores concursados têm a chave para ingressar na sala reservada, e todos estariam em aula no momento. O plano é executado, mas as câmeras de segurança flagraram a conduta de Marlon.

Descoberta a empreitada criminosa, é correto afirmar que

- (A) Lucas deve responder pelo crime de peculato, enquanto Marlon, pelo de furto simples, tendo em vista que o crime de peculato é próprio.
- (B) Lucas e Marlon devem responder pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.
- (C) Lucas deve responder pelo crime de peculato, enquanto Marlon, pelo de furto qualificado, tendo em vista que o crime de peculato é próprio.
- (D) Lucas e Marlon devem responder pelo crime de peculato em concurso de agentes.
- (E) Lucas deve responder pelo crime de peculato, enquanto Marlon, pelo crime de furto qualificado, tendo em vista que o crime de peculato é impróprio.

52

Gabriel, preso em flagrante em Rondônia, residente da cidade do Cuiabá, foi denunciado, perante o juízo competente, pela prática de diversos delitos em conexão probatória, sendo que todos os fatos ocorreram no mesmo dia e no Estado de Mato Grosso. Foi a ele imputada a prática de 03 (três) delitos de furto (pena: 01 a 04 anos de reclusão e multa), que aconteceram na cidade de Alta Floresta, 01 (um) crime de roubo (pena: 04 a 10 anos de reclusão e multa), ocorrido em Sinop, e 01 (um) crime de resistência (pena: 02 meses a 02 anos de detenção), praticado em São Félix do Araguaia.

Considerando tais informações, é correto afirmar que Gabriel foi denunciado perante o juízo criminal da seguinte cidade:

- (A) Rondônia.
- (B) Cuiabá.
- (C) Alta Floresta.
- (D) Sinop.
- (E) São Félix do Araguaia.

53

Raquel, professora da escola “Artes”, foi vítima de um crime de injúria, cuja ação penal é privada, praticado por Clara e Ana, duas mães de alunas de sua classe. Decide, então, no último dia do prazo, propor queixa-crime em face de Clara, mas não contra Ana, afirmando expressamente que não tinha interesse em ver processada a mãe de sua aluna preferida.

Considerando o caso exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Raquel não poderia propor queixa-crime apenas em face de Clara, pois a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime a todos se estenderá.
- (B) Raquel poderia propor queixa-crime apenas em face de Clara, pois se aplica à ação penal privada o princípio da disponibilidade.
- (C) Raquel não poderia propor queixa-crime apenas em face de Clara, pois houve perdão do ofendido e este, quando concedido a um dos autores do crime, aos demais se estende.
- (D) Raquel poderia propor queixa-crime apenas em face de Clara, pois se aplica à ação penal privada o princípio da oportunidade.
- (E) Raquel não poderia propor queixa-crime em face de Clara, pois houve perempção.

54

Tradicionalmente, a doutrina classifica o procedimento do Tribunal do Júri como bifásico, havendo uma primeira fase conhecida como juízo de acusação, enquanto a segunda é chamada de juízo de mérito. Ao final da primeira fase, não se convencendo da autoria ou da materialidade, o juiz poderá impronunciar o acusado.

Dessa decisão de impronúncia caberá recurso

- (A) de apelação, no prazo de 10 dias.
- (B) em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- (C) de apelação, no prazo de 05 dias.
- (D) de agravo, no prazo de 05 dias.
- (E) em sentido estrito, no prazo de 10 dias.

Estatuto da Criança e do Adolescente

55

Aristides, zeloso professor de português, com mais de 20 anos de magistério na rede pública municipal, sempre primou pela excelência de seus alunos. Ocorre que João, adolescente do 9º ano do Ensino Fundamental, não consegue se comportar em suas aulas, prejudicando os demais alunos. Aristides já conversou com João, reuniu-se com os pais do aluno, todavia o adolescente se comporta pior a cada dia.

Em uma determinada aula, João, ao tentar acertar um amigo, joga um vidrinho de tinta guache que cai e mancha a camisa do professor. Aristides, muito nervoso, decide repreender imediatamente o aluno. Assim, coloca-o de castigo, em pé, de costas para os demais alunos e de frente para a lousa, durante cinco minutos, equilibrando o vidrinho de tinta guache na cabeça e repetindo a seguinte frase, em voz alta, a cada intervalo de um minuto: *“Sou o bobo da turma!”*

A respeito da conduta do professor Aristides, assinale a afirmativa correta.

- (A) Está correta, pois Aristides, como educador, tem o direito de repreender os seus alunos.
- (B) Não está correta, porque Aristides se excedeu, cometendo uma infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) Não está correta, porque Aristides se excedeu, cometendo um crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (D) Está correta, pois Aristides, como educador, tem o direito de repreender os seus alunos, somente não podendo usar castigo físico.
- (E) Não está correta, porque Aristides se excedeu, mas não cometeu nenhum crime ou infração administrativa previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

56

Pedro, com 11 anos de idade, e Paulo, com 12, foram encontrados no banheiro de uma escola pública, quebrando os espelhos e as tampas dos vasos sanitários.

À luz do ordenamento jurídico vigente, assinale a opção que indica a medida a ser adotada pela Direção Escolar.

- (A) Os alunos praticaram ato infracional. Assim, deverão ser encaminhados para a Delegacia Especializada, para a apuração de suas responsabilidades.
- (B) Os alunos praticaram ato infracional. Pedro deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar e Paulo, para a Delegacia Especializada.
- (C) Os alunos não praticaram ato infracional. Assim, deverão ser encaminhados ao Conselho Tutelar, para a aplicação de medidas de proteção.
- (D) Os alunos não praticaram ato infracional. Assim, a Direção Escolar deverá resolver internamente o problema, convocando os pais ou responsáveis, para que a conduta não se repita.
- (E) Os alunos praticaram ato infracional. Assim, deverão ser encaminhados ao Conselho Tutelar, para a aplicação das medidas de proteção.

57

Um Conselheiro Tutelar, após receber denúncia anônima de que uma criança estaria sendo vítima de maus-tratos, dirige-se até a escola municipal em que o aluno estuda, no 3º ano do Ensino Fundamental, a fim de obter informações da Direção Escolar e dos professores acerca de tal violação de direitos.

Ocorre que a Direção Escolar se recusou a prestar os esclarecimentos solicitados pelo Conselheiro Tutelar, com o argumento de que não poderia violar o direito à privacidade do aluno e de seus familiares.

A respeito da conduta da Direção Escolar, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não está correta, porque ter acesso às informações do aluno é atribuição do Conselho Tutelar.
- (B) Está correta, pois somente com autorização judicial o Conselheiro Tutelar poderá ter acesso às informações do aluno.
- (C) Está correta, pois somente por meio de requisição do Ministério Público o Conselheiro Tutelar poderá ter acesso às informações do aluno.
- (D) Está correta, pois a atribuição do Conselho Tutelar se limita a ter acesso ao boletim e ao histórico escolar do aluno.
- (E) Não está correta, porque a Direção Escolar poderia prestar as informações solicitadas pelo Conselho Tutelar, desde que cientificasse a família, ainda que por simples telefonema.

58

Com relação aos princípios que regem a aplicação das medidas específicas de proteção, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A responsabilidade do poder público é primária e solidária.
- () A promoção dos direitos e a proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada, respeitando a intimidade, o direito à imagem e a reserva da sua vida privada.
- () A intervenção para a efetiva promoção dos direitos e a proteção da criança e do adolescente deve ser feita por todos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

59

Relacione as medidas aplicadas listadas a seguir às respectivas características.

1. Medida de Acolhimento Institucional
 2. Medida de Internação
 3. Medida de Semiliberdade
 4. Medida de Acolhimento Familiar
- () Prazo máximo de 2 anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao superior interesse da criança ou do adolescente.
- () Tem preferência entre as medidas de proteção que afastam temporária e provisoriamente a criança e o adolescente do convívio familiar.
- () Prazo máximo improrrogável de três anos.
- () Permite a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial, sendo forma de transição para o meio aberto.

Assinale a opção que indica a relação correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
(B) 1 – 4 – 2 – 3.
(C) 4 – 2 – 3 – 1.
(D) 2 – 4 – 3 – 1.
(E) 4 – 3 – 2 – 1.

60

Com relação à prática de ato infracional, assinale as afirmativas a seguir.

- I. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária.
- II. Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata do adolescente apreendido.
- III. O adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão Discursiva

Esclareça o papel dos princípios no ordenamento jurídico, explicitando aqueles que são orientadores do Direito da Criança e do Adolescente.

Exemplifique sua aplicação no que tange ao Direito Fundamental à Educação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

 **FGV PROJETOS**